

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2019**

Exmo. Sr. Presidente,

Exmo. Srs. Vereadores,

O Vereador que este subscreve, requer **A TÍTULO DE FISCALIZAÇÃO** que, ouvida a casa e após tramites regimentais, seja enviada correspondência ao Secretário de Administração, ao Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte de Sete Lagoas, com cópia para o Exmo. Prefeito Municipal Sr. Leone Maciel Fonseca, para que seja enviado parecer a esta Casa Legislativa quanto ao descumprimento de direitos já resguardados por Lei Federal à Guarda Civil Municipal que não estão sendo observados no Município de Sete Lagoas.

Ressalto que o descumprimento do estabelecido em Lei tem sido objeto de ações em âmbito nacional por improbidade administrativa em desfavor dos mandatários municipais que insistem em não se adequar ao que prescreve a legislação.

Abaixo seguem trechos mais importantes das referidas leis para que caso os responsáveis não tenham conhecimento sobre sua legitimidade e aplicabilidade, que possam se informar no sentido de que o estabelecido em lei seja devidamente cumprido, tanto pelo chefe do executivo municipal quanto pelos secretários responsáveis.

*LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.*

*Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.*

*(...)Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.*

*CAPÍTULO II*

*DOS PRINCÍPIOS*

*Art. 3o São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:*

*I - Proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;*

*II - Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;*

*III - patrulhamento preventivo;*

*IV - Compromisso com a evolução social da comunidade; e*

*V - Uso progressivo da força.*

*CAPÍTULO III*

*DAS COMPETÉNCIAS*

*Art. 4o  É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.*

*Parágrafo único.  Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.*

*Art. 5o  São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:*

*(...)VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da*[*Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm)*, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;*

*(...)Art. 9º A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto em lei municipal.*

*(...)CAPÍTULO VII*

*DO CONTROLE*

*Art. 13. O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:*

*(...)§ 2o  Os corregedores e ouvidores terão mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica prevista em lei municipal.*

*(...)Art. 16. Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.*

*Art. 17. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que possuam guarda municipal.*

*(...)DA REPRESENTATIVIDADE*

*Art. 20. É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.*

*(...)Art. 22. Aplica-se esta Lei a todas as guardas municipais existentes na data de sua publicação, a cujas disposições devem adaptar-se no prazo de 2 (dois) anos.*

*Ainda tratando do tema:*

*LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018.*

*Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.*

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

*CAPÍTULO I*

*DISPOSIÇÕES PRELIMINARES*

*Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.*

*Art. 2º A segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Munícipios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um.*

*(...)Art. 9º É instituído o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.*

*§ 1º São integrantes estratégicos do Susp:*

*(...)VII - guardas municipais;*

*(...)Seção II*

*Dos Conselheiros*

*Art. 21. Os Conselhos serão compostos por:*

*I - Representantes de cada órgão ou entidade integrante do Susp;*

*(...)Seção I*

*Dos Planos*

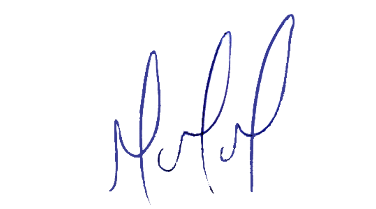
*Art. 22. A União instituirá Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, destinado a articular as ações do poder público, com a finalidade de:*

*(...)§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, elaborar e implantar seus planos correspondentes em até 2 (dois) anos a partir da publicação do documento nacional, sob pena de não poderem receber recursos da União para a execução de programas ou ações de segurança pública e defesa social.*

*(...)Art. 30. Cabe ao Poder Legislativo acompanhar as avaliações do respectivo ente federado.*

Diante disso, solicita que de acordo com os dispositivos de Lei Federal acima transcritos, que o município proceda à adequação no que tange aos direitos dos servidores da Guarda Civil Municipal.

Sala das sessões, 26 de fevereiro de 2019.

****

**MILTON MARTINS**

**VEREADOR**

**JUSTIFICATIVA:**

Tal pedido visa fazer cumprir a função fiscalizadora do Vereador, assegurado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e pela Lei Orgânica Municipal